



# **PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL-PR**

**1ª FASE**





---

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

# *Revisão do Plano Diretor Municipal*

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 22/2023**

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 06/2023**

**Julho/2023**

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. REFERENCIAL METODOLÓGICO	2
2.1. Estratégias de Planejamento	2
2.2. Objetivos	4
2.3. Etapas do Plano	5
2.3.1. 1ª Fase – Mobilização e Capacitação	5
2.3.2. 2ª Fase – Análise Temática Integrada	6
2.3.3. 3ª Fase – Objetivos, Diretrizes e Propostas para uma Cidade Acessível, Sustentável, Estratégica e Digital	11
2.3.4. 4ª Fase – Plano de Ação e Investimentos e Institucionalização do PDM	12
3. CRONOGRAMA	15
4. AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GESTÃO URBANA	17
4.1. Diretrizes e Proposições Do PDM Vigente	17
4.1.1. Diretrizes para o estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento Urbano e Municipal	18
4.1.2. Diretrizes para o estabelecimento de uma sistemática permanente de planejamento	20
4.1.3. Diretrizes para a dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda, geração de receitas)	22
4.2. Ações Estratégicas	24
4.2.1. Aspectos Regionais e de Meio Ambiente	24
4.2.2. Aspectos Socioeconômicos- Agropecuária, Indústria, Comércio E Turismo - Setores Produtivos	25
4.2.3. Aspectos Socioespaciais- Aspectos Urbanos	27
4.2.4. Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos- Infraestrutura, Serviços, Sistema Viário E Transportes	28
4.2.5. Aspectos Institucionais	30
5. CONCLUSÕES	32

## LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1. Levantamento de Dados do Município de Diamante do Sul.	6
Quadro 3.1. Cronograma Físico de Desenvolvimento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Diamante do Sul.	15
Quadro 4.1. Avaliação das Diretrizes para o estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento Urbano e Municipal.	18
Quadro 4.2. Avaliação das Diretrizes para o estabelecimento de uma sistemática permanente de planejamento.	20
Quadro 4.3. Diretrizes para a dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município.	22
Quadro 4.4. Avaliação do Plano de Ação e Investimentos dos Aspectos Regionais e de Meio Ambiente.	24
Quadro 4.5. Avaliação do Plano de Ação e Investimentos dos Aspectos Socioeconômicos.	25
Quadro 4.6. Avaliação do Plano de Ação e Investimentos dos Aspectos Socioespaciais.	27
Quadro 4.7. Avaliação do Plano de Ação e Investimentos dos Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos.	28
Quadro 4.8. Avaliação do Plano de Ação e Investimentos dos Aspectos Institucionais.	30

## 1. INTRODUÇÃO

A preocupação com o planejamento municipal de Diamante do Sul surgiu diante da necessidade da ordenação das suas funções sociais e da garantia do bem-estar de seus habitantes, além da escassez dos recursos públicos com a conseqüente necessidade de racionalização de sua aplicação, orientando o desenvolvimento do município, suas tendências de urbanização e a identificação e minimização dos problemas ambientais existentes.

O planejamento, aqui concebido como um processo ativo, dinâmico e contínuo, com as articulações entre os diversos agentes da sociedade, prevê a realização de tarefas e obras que transformarão o município, sendo o Plano Diretor Municipal um instrumento indispensável para orientar estas transformações a curto, médio e longo prazo.

Desta forma, o Plano Diretor Municipal de Diamante do Sul tem como objetivos gerais:

a) Promover o desenvolvimento do Município através de um processo de planejamento, integrado com as políticas e programas regionais, estaduais e federais.

b) Elevar o padrão de vida da população no que se refere à qualidade do espaço urbano e rural, condições habitacionais, educação, saúde, cultura e serviços públicos, preservando o equilíbrio necessário às relações entre o ambiente natural, as atividades rurais e a ocupação urbana em processo de crescimento.

c) Fortalecer a autonomia do Município, de forma que o Poder Público tenha sua situação aprimorada através da definição de ações prioritárias e da racionalização de investimentos, norteados a definição do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, legitimada através da efetiva participação da população nas tomadas de decisão, realizando uma prática de gestão democrática.

d) Desenvolver o Município de forma ordenada e de acordo com o Estatuto da Cidade, estabelecendo-se normas de ordem pública e de interesse social, em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, garantindo-se o equilíbrio ambiental.

O Plano Diretor engloba o território do município como um todo, ou seja, as áreas rurais e as urbanas. Identifica, ainda, as áreas de interesses especiais para o desenvolvimento econômico e turístico do município, as áreas urbanizadas e as de expansão.

O desenvolvimento do plano se dará concretizando o resultado das etapas que o compõe.

A primeira etapa consiste na apresentação do plano de trabalho, da informação da forma como será realizada a coleta de dados e do levantamento das informações dos diversos setores que compõe as áreas urbana e rural, bem como dos aspectos geográficos, sociais e econômicos do município.

Após o levantamento e a análise destas informações será obtido um diagnóstico da situação, permitindo a identificação dos conflitos, das deficiências atuais da infraestrutura e dos serviços públicos, bem como de uma predição do crescimento da cidade e de suas necessidades, ouvida a opinião dos diversos setores da sociedade.

A gestão participativa deste processo de planejamento inicia-se através de pesquisas de opinião, que objetiva obter o retrato dos anseios da população que vive em Diamante do Sul, consideradas as recomendações definidas por outras esferas que intervêm no planejamento territorial.

Além do resultado das pesquisas de opinião, que representam uma importante contribuição ao processo participativo, serão realizadas audiências públicas para consolidar cada etapa do Plano Diretor.

Organizar-se-á, então, um prognóstico do futuro da cidade, tendo-se como horizonte de planejamento o ano 2033, considerando o Macrozoneamento resultante da análise dos conflitos e das potencialidades identificados na fase de Diagnóstico, bem como as diretrizes e legislações existentes, com o intuito de traduzir um zoneamento legalmente aplicável.

O ordenamento territorial e a definição do uso do solo, para absorver e estruturar o crescimento do município (zoneamento, definição do perímetro urbano e sistema viário) deverá obedecer a legislações específicas, que serão propostas no Plano Diretor. Ainda, as Diretrizes Setoriais e um Plano de Ações consolidarão o planejamento pretendido.

É importante salientar que os produtos e as conclusões, obtidos em cada fase, serão elaborados em permanente integração entre a Equipe Técnica da Prefeitura, o Conselho de Acompanhamento do Plano e a Equipe Técnica da Farol 14 Consultoria em Projetos, entre outras instituições de interesse, discutindo-se as diversas propostas, de forma a organizar e a compor o Plano Diretor Municipal de Diamante do Sul.

## **2. REFERENCIAL METODOLÓGICO**

### **2.1. Estratégias de Planejamento**

O Plano Diretor Municipal parte de uma leitura da cidade real, para qual formulam-se hipóteses sobre as opções de desenvolvimento e modelos de territorialização. O macrozoneamento é o referencial espacial para o uso e a ocupação do solo, considerando todas as limitações, os usos já sedimentados, as vocações das diferentes áreas e regiões do município, definindo-se a separação das áreas urbana e rural, através do perímetro urbano.

O macrozoneamento define as áreas em que se pretende incentivar, coibir ou qualificar a ocupação, tendo-se como princípio a compatibilidade entre a capacidade da infraestrutura instalada, as condições do meio físico, as necessidades da preservação ambiental, do patrimônio histórico e dos usos já existentes. Resumidamente, são definidas as áreas urbanizáveis e as não urbanizáveis (restrições legais e ambientais).

Conforme recomenda o Estatuto da Cidade, a participação da comunidade será garantida através de debates e discussões entre as equipes técnicas da Prefeitura, da Farol 14 Consultoria em Projetos, do Conselho de Acompanhamento do Plano, de segmentos econômicos e da classe política local, nas diversas fases do processo e possibilite uma ampla identificação dos desafios a serem superados pelo desenvolvimento municipal.

Será, portanto, garantida a realização de debates entre os técnicos dos diversos departamentos municipais e também destes com técnicos de instituições das esferas estadual e federal, para situações específicas que por ventura estejam envolvidas.

Será garantida a publicidade das informações e o acesso de qualquer interessado aos documentos que serão produzidos durante as diversas fases do Plano Diretor.

As propostas serão precedidas de levantamentos, análises e da avaliação das características físicas (geográficas, ambientais, geomorfológicas e geotécnicas), urbanísticas, habitacionais, sociais, econômicas, institucionais e políticas, assim como da avaliação das principais condicionantes, deficiências e potencialidades municipais. As propostas serão precedidas da apresentação e da discussão de alternativas construídas sobre mapas temáticos que serão elaborados.

Todos os trabalhos estarão alinhados com a legislação aplicável e com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU para o desenvolvimento institucional de municípios.

As diretrizes, propostas e metas serão debatidas com a comunidade quando da realização das audiências públicas (políticas, programas e estratégias de implementação).

A sistemática adotada para as audiências públicas será de uma convocação através da imprensa local e mídias sociais da Prefeitura Municipal, com a devida antecedência, das sessões que serão realizadas em local compatível e em horário que não conflite com atividades laborais da maioria dos interessados (sugestão: às 19:00 horas).

Nas audiências será apresentada a temática da convocação, sob a forma expositiva com o auxílio de projetor, com duração de aproximadamente 60 minutos, abrindo-se a palavra para as manifestações e contribuições populares, bem como para o esclarecimento de dúvidas, por ordem dos pedidos de inscrição para as perguntas. As sessões serão transmitidas ao vivo nas mídias sociais da Prefeitura Municipal, onde a população poderá participar, opinar e ter suas dúvidas sanadas. As sessões serão gravadas farão objeto de uma ata em vídeo, com as principais decisões e dúvidas que por ventura sejam discutidas.

## **2.2. Objetivos**

Como forma de municiar o Executivo Municipal de instrumentos técnicos e legais, a elaboração do Plano Diretor Municipal de Diamante do Sul pretende implantar uma nova ótica para o desenvolvimento e para a produção do bem-estar da população.

De acordo com a sistemática proposta para a elaboração do Plano, dar-se-á ênfase especial à definição dos fatores mais significativos da realidade municipal, para que se atinjam os seguintes objetivos gerais:

- a. Cumprir a premissa constitucional da garantia da função social da cidade e da propriedade urbana;
- b. Abranger a área do território municipal como um todo, definindo diretrizes tanto no âmbito urbano, como no rural;
- c. Rever a regulação municipal e elaborar novos instrumentos legais;
- d. Considerar em seu conteúdo elementos referentes à Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná – PDU, os termos da Agenda 21 e o previsto nas legislações federal, estadual e municipal pertinentes;
- e. Considerar em seu conteúdo as condicionantes ambientais do Município, como a existência da Área de Proteção;
- f. Orientar a elaboração do Plano de Ação e Investimento Municipal, destinado, principalmente, ao estabelecimento de um programa de investimentos em obras e projetos municipais no âmbito local e estadual;



g. Propor os mecanismos e instrumentos que possibilitem a implementação pelo Município de um sistema de atualização, acompanhamento, controle e avaliação constante do processo de planejamento;

h. Assegurar a efetiva participação da população durante o processo de revisão do PD

i. Questões referente ao Desenvolvimento Socioeconômico de Diamante do Sul;

j. Questões referentes ao Desenvolvimento Institucional;

k. Questões referentes ao Desenvolvimento territorial urbano e rural;

l. Questões referentes ao Desenvolvimento territorial Sustentável;

### **2.3. Etapas do Plano**

Em conformidade com os procedimentos relacionados no Termo de Referência do Edital de Tomada de Preço Nº 06/2023, resumidamente, a execução do Plano Diretor de Desenvolvimento de Diamante do Sul é concebida em 04 (quatro) fases, a seguir descritas:

a. 1ª Fase – Mobilização;

b. 2ª Fase – Análise Temática Integrada;

c. 3ª Fase – Objetivos, Diretrizes e Propostas para uma Cidade Acessível, Sustentável, Estratégica e Digital;

d. 4ª Fase – Plano de Ação e Investimentos e Institucionalização do PDM;

#### **2.3.1. 1ª Fase – Mobilização e Capacitação**

Mobilização e Proposta Metodológica, onde serão realizadas a divulgação e mobilização para a identificação dos agentes e grupos sociais, definição de equipes e respectivas atribuições, reuniões e eventos participativos, além da apresentação, discussão e aprovação da Proposta Metodológica do processo de revisão através da 1ª audiência pública (a serem definidas pelas equipes), caracterizando a primeira etapa como a de definição da estrutura de coordenação do processo de revisão do Plano Diretor.

Nesta fase serão elaborados:

- Cronograma físico de trabalhos.

- Metodologia de trabalho.
- Avaliar a capacidade institucional da administração municipal, para desempenhar as funções pertinentes às áreas de planejamento e gestão urbana.

### 2.3.2. 2ª Fase – Análise Temática Integrada

O levantamento de dados fundamenta todas as diretrizes que serão propostas através do Plano Diretor, bem como a definição das ações prioritárias, sendo para tal realizada uma compilação e uma integração das informações disponíveis em órgãos oficiais e outras oriundas dos levantamentos de campo.

Paralelamente à coleta de dados já disponíveis na Prefeitura serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Expedição de requerimento aos órgãos públicos, instituições, associações de classe, solicitando a listagem e o livre acesso aos documentos já existentes, os quais sejam importantes como fontes de consulta para a caracterização dos diversos aspectos municipais;
- Realização de pesquisa de opinião pública municipal, para se identificar os aspectos julgados como deficitários pela população, para que o Plano Diretor possa definir prioridades em seu Plano de Ação.

Para a consecução desta etapa serão utilizados inúmeros levantamentos de dados, cujas principais fontes se encontram indicadas no quadro que segue:

Quadro 2.1. Levantamento de Dados do Município de Diamante do Sul.

Área	Discriminação	Pesquisa
1- Situação do Município no contexto estadual	Macrorregião e Microrregião	IPARDES
	Rodovias de Acesso	DER-PR
	Estradas vicinais, etc...	IBGE
2- Aspectos Físicos	Coordenadas geográficas	IPARDES
	Municípios limítrofes	Prefeitura
	Área total do Município	IBGE
	Área urbana do Município	SUDERHSA
	Área rural do Município	

<b>Área</b>	<b>Discriminação</b>	<b>Pesquisa</b>
3- Aspectos Demográficos	População total	IBGE
	População urbana	IPARDES
	População rural	FUNAI
	Por setor/tipo, etc...	
4- Dados históricos	Histórico do Município	Prefeitura IBGE/IPARDES
5-Levantamento de Legislações existentes (institucional)	Lei do Perímetro Urbano	Prefeitura
	Lei do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo	
	Código de Obras	
	Código de Postura	
	Lei do Sistema Viário	
6- Levantamento dos Mapas Básicos do Município (Cartografia)	Planta do Município na escala 1:50.000 ou semelhante;	Prefeitura Paranacidade
	Planta da cidade nas escalas 1:5.000, 1:10.000, 1:20.000	SEMA SUDERSHA
	Mapa do uso e ocupação do solo	MINEROPAR
7- Estrutura físico-natural (recursos naturais)	Levantamento da hidrografia	IAP
	Levantamento do relevo	SEMA
	Levantamento da geologia	MINEROPAR
	Levantamento da vegetação	SUDERSHA
	Caracterização Climática	
8-Infraestrutura e equipamentos urbanos	Saneamento básico	Prefeitura
	Energia elétrica e iluminação pública	BRASIL-TELECOM
	Sistema viário e Pavimentação	DER-PR
	Transportes e Comunicação	COPEL
	Equipamentos comunitários	SANEPAR
	Escolas e creches	INCRA
	Áreas rurais e residenciais	Levantamentos
	Saúde	
Cultura e Lazer		

Área	Discriminação	Pesquisa
9- Caracterização da base econômica do Município e Caracterização dos setores econômicos	Primário Secundário Terciário	IBGE/IPARDES Prefeitura SEPA/SEAB EMATER IPARDES
10- Uso do solo urbano/ caracterização	Áreas residenciais Áreas comerciais Áreas industriais Vazios urbanos Habitação popular e sub-Habitação Densidades urbanas Coeficientes urbanísticos	Prefeitura levantamentos

Com apoio nas informações quali quantitativas serão elaborados mapas, tabelas e textos explicativos que abrangem os seguintes temas:

#### **Aspectos Regionais:**

- Vocação e potencial estratégico do município dentro da região em que está inserido e os principais fatores que concorrem para o desenvolvimento municipal;
- Centralidade, área de influência e relações com municípios vizinhos;
- Principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças:
  - Do ponto de vista ambiental;
  - Do ponto de vista da infraestrutura;
  - Do ponto de vista socioeconômico;
  - Do ponto de vista da distribuição espacial da população (rural e urbana).

#### **Aspectos Ambientais:**

- Identificação das condições de clima, geomorfologia, condicionantes geotécnicos, declividades, hipsometria, vertentes, drenagens naturais, recursos hídricos, biota e áreas de preservação;

- Caracterização dos espaços potenciais para áreas de expansão urbana, de conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer, assim como locais para arborização pública tendo como referência espacial as bacias e as microbacias hidrográficas.

#### **Aspectos Socioeconômicos:**

- Avaliação de dados referentes à população, no mínimo dos últimos 10 anos, taxa de crescimento, evolução, densidade demográfica, migração, condições de saúde e educação/escolaridade, oferta de emprego, renda, consumo de água e energia, perfil produtivo, potencial produtivo (agropecuária, comércio, serviços, indústrias e turismo);
- Caracterização do potencial turístico do Município, incluindo os recursos naturais.

#### **Aspectos Socioespaciais:**

- Evolução urbana, o uso do solo urbano e a demanda por solo urbano atual e para os próximos 10 (dez) anos, identificando os principais entraves espaciais existentes;
- Tipologia de uso e ocupação do solo nas áreas de expansão urbana e rural;
- Análise da tipologia habitacional e da demanda;
- Identificação das áreas de ocupação irregular e clandestina, avaliando seu impacto ambiental e urbanístico;
- Identificação de áreas enfatizando a relação da densidade construtiva e da densidade demográfica com a capacidade de suporte da infraestrutura urbana (áreas com infraestrutura ociosa e áreas ocupadas com precariedade de infraestrutura).

#### **Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos:**

- Situação atual e evolução para os próximos 10 anos;
- Saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, resíduos sólidos);
- Sistema viário e transporte coletivo, circulação de pessoas inclusive transporte coletivo de empregados de empresas e transporte coletivo urbano, municipal e intermunicipal;

- Energia elétrica e iluminação pública;
- Equipamentos Sociais (equipamentos de saúde, educação, assistência social, cultura e esporte, segurança pública).

#### **Aspectos Institucionais:**

- Caracterização das unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal que se relacionam com a gestão do Plano Diretor Municipal - PDM.
- Análise da legislação vigente no município (Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano, Perímetro Urbano, Parcelamento do Solo, Sistema Viário, Códigos de Obras e Posturas, Lei de Procedimentos Administrativos).
  - Análise interrelacional da legislação federal, estadual e municipal pertinente;
  - Sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os);
  - Levantamento da evolução e estado atual das finanças públicas do município através de demonstração e análise de sua gestão orçamentária, financeira e patrimonial ao longo dos últimos dez resultados fiscais anuais. Tal levantamento de caráter evolutivo, além de possibilitar, ainda que parcialmente, uma verificação com relação ao cumprimento no município das principais normas legais e conceituais da gestão das finanças públicas.
  - Levantamento das capacidades de investimento e endividamento atual e projeção da arrecadação própria municipal para os próximos 10 anos objetivando a possibilidade de melhor delimitar e priorizar os investimentos a serem caracterizados como necessários quando da futura eleição dos objetivos, diretrizes e metas no âmbito do Plano Diretor Municipal.

Todas as informações citadas estarão convenientemente especializadas em mapas, em escala adequada para a demonstração da informação, elaboradas as análises individualizadas de cada tema, sua inter-relação e inserção no contexto geral, permitindo uma visão ampla das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças locais. Nesta etapa deverão ser levantadas as expectativas do Governo do Município (Executivo e Legislativo)

quanto aos objetivos e metas do desenvolvimento municipal, atual e para os próximos 10 anos, a serem alcançados com a implementação do Plano Diretor Municipal - PDM, com a consequente atualização e acompanhamento permanente.

### **2.3.3. 3ª Fase – Objetivos, Diretrizes e Propostas para uma Cidade Acessível, Sustentável, Estratégica e Digital**

Posteriormente à apresentação da Avaliação Temática Integrada e da discussão conjunta dos resultados daquela fase com o Conselho de Acompanhamento do Plano, inicia-se o desenvolvimento das propostas do Plano Diretor Municipal propriamente dito, acompanhado de sua instrumentação legal.

O macrozoneamento caracterizará, em linhas gerais, as áreas conforme seus usos e ocupação atual e suas tendências de crescimento, as áreas tecnicamente adequadas ao desenvolvimento da cidade, as diretrizes viárias, os conflitos e os usos indevidos, considerando os zoneamentos já existentes e vigentes por força de legislação estadual e as potencialidades para um desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Como produto se obterá uma identificação das áreas com relação as suas aptidões e restrições aos diversos usos (urbanizáveis e não urbanizáveis).

Com base nas avaliações efetuadas, deverão ser elaboradas diretrizes para as ações institucionais, socioeconômicas e ambientais, bem como proposições para os aspectos físico-espaciais e de infraestrutura e serviços públicos, contemplando propostas de intervenção para curto, médio e longo prazos.

Para a concepção do macrozoneamento o embasamento físico-territorial-ambiental deverá considerar as bacias e microbacias hidrográficas. O Macrozoneamento embasará o zoneamento, quando cada macrozona dará origem a distintas zonas, que definirão o uso e a ocupação do solo do município, com destaque das áreas para o desenvolvimento de atividades econômicas, sistema viário e parcelamento do solo urbano.

Estas representarão, em síntese, as proposições necessárias para o desenvolvimento integrado do Município, além de indicar as principais ações que deverão ser implementadas para suprir as atuais deficiências e considerando as expectativas da comunidade.

Também é nessa fase que são realizadas as propostas específicas, considerando a realidade diagnosticada e os objetivos e diretrizes definidos, de forma a garantir os direitos à terra urbana, moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, trabalho e lazer.

São definidos ainda, os instrumentos urbanísticos dentre os previstos no Estatuto da Cidade e outros, como concessão especial para fins de moradia, concessão do direito real de uso, demarcação urbanística, que poderão ser aplicáveis à realidade municipal, podendo ser utilizados para intervir na realidade local conforme os objetivos, diretrizes e propostas definidos, visando o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

#### **2.3.4. 4ª Fase – Plano de Ação e Investimentos e Institucionalização do PDM**

Os principais instrumentos legais que consolidarão o planejamento do município são:

- Lei do Plano Diretor:

A Lei do Plano Diretor deve sintetizar os instrumentos de planejamento que permitirão a evolução da qualidade de vida e da melhoria da infraestrutura da cidade, objetivando a preservação do ambiente para a atual e as futuras gerações, incluindo as Diretrizes e Proposições de Desenvolvimento Municipal, o macrozoneamento e os instrumentos de planejamento, gestão e acompanhamento.

Atualmente está implementada e será revisada a Lei Complementar 519/2011.

- Lei do Perímetro Urbano:

Define o território urbano da sede do município e de seus eventuais distritos, devendo estar articulado com as Leis do Parcelamento do Solo e de Zoneamento, indicando, inclusive as possíveis áreas de expansão urbana.

Atualmente está implementada e será revisada a Lei Complementar 780/2014 que é a 1ª alteração da lei complementar 272/2011, implantada pelo Plano Diretor Municipal vigente.

- Lei de Uso e Ocupação do Solo:



Define os parâmetros e os gabaritos construtivos, bem como os usos funcionais do solo, sem prejuízo dos limites e demais dispositivos legais determinados pela Lei do Perímetro Urbano. Para as zonas urbanas são definidos parâmetros urbanísticos, máximos e mínimos, entre eles: coeficientes de aproveitamento, taxa de ocupação, gabarito de altura, recuos e afastamentos de divisas e, principalmente, a classificação de usos por zonas. Para as áreas rurais os parâmetros propostos devem estar fundamentados nas condicionantes ambientais e nas potencialidades de exploração econômica.

Atualmente está implementada e será revisada a Lei Complementar 594/2011.

- Lei do Parcelamento e Regularização Fundiária:

Define as normas e procedimentos para qualquer tipo de alteração nas dimensões das propriedades urbanas, sejam loteamentos, desmembramentos ou remembramentos, seja em áreas urbanas ou em zonas de uso especial (APAs), estabelecendo, inclusive, critérios para a regularização fundiária, proposição de áreas para loteamentos populares (ZEIS), faixas de servidão, faixas de proteção, áreas e pontos de interesse turístico e outras peculiaridades.

Atualmente está implementada e será revisada a Lei Complementar 595/2011.

- Lei do Sistema Viário:

Definem a hierarquização das vias, o traçado básico do sistema viário, as diretrizes para arruamento, os gabaritos das vias, as caixas de rolamento, as dimensões das calçadas, dos canteiros, e o planejamento de futuras modificações do sistema viário.

Atualmente está implementada e será revisada a Lei Complementar 781/2014 que é a 1ª alteração da lei complementar 596/2011, implantada pelo Plano Diretor Municipal vigente.

- Lei do Código de Obras:

Dispõe sobre as exigências para a execução de obras e serviços de construção a serem realizados no território municipal.

Atualmente está implementada e será revisada a Lei Complementar 601/2011.

- Lei do Código de Postura:

Define as medidas de polícia administrativa em matéria de higiene, segurança, ordem pública e bem-estar comum, que deverão ser respeitados no âmbito municipal.

Atualmente está implementada e será revisada a Lei Complementar 602/2011.

Nota: Estas leis serão acompanhadas de mapas, quando for o caso, permitindo uma visão espacial dos instrumentos legais que condicionam o desenvolvimento urbano.

Faz parte desta etapa, inclusive, a concepção dos procedimentos administrativos e do fluxo de documentos da administração municipal, prevendo como deverá ser aplicada a legislação do planejamento municipal, quais os meios de gestão e monitoramento da Administração Municipal e a sua forma de implementação.

Dentre os instrumentos administrativos e normas a serem propostas deverão estar incluídas propostas para:

- Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura, se necessária;
- Organização ou compatibilização do sistema de informações para o planejamento e a gestão municipal;
- Construção de indicadores para a avaliação anual de desempenho do processo de planejamento e gestão municipal;

O Plano de Ação e Investimentos deverá indicar as ações e projetos prioritários indicados pelo Plano Diretor Municipal, com estimativa de custos e hierarquia de prioridades definida, para os 05 (cinco) anos seguintes, em compatibilidade com a avaliação da capacidade de endividamento e de arrecadação municipal futura.

Ainda nesta etapa final deverá ser encaminhada a versão final do PDM-BEI, o qual será apresentado sob forma de um documento público, contendo os textos e o material gráfico ilustrativo necessário à sua compreensão, divulgação e futura implantação, consubstanciado em etapas conforme prevê o cronograma físico de entrega dos trabalhos e o Termo de Referência.

### 3. CRONOGRAMA

O desenvolvimento do Plano Diretor de Desenvolvimento de Diamante do Sul deverá, portanto, seguir as fases mencionadas anteriormente, as quais estarão vinculadas ao cronograma a seguir exposto, definindo o prazo global da consultoria da Farol 14 Consultoria em Projetos, diante do contrato de prestação de serviços Nº 22/2023 que mantém com a Administração Municipal.

Quadro 3.1. Cronograma Físico de Desenvolvimento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Diamante do Sul.

CRONOGRAMA FÍSICO DE DESENVOLVIMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL														
FASE	ITEM TR	ATIVIDADES	2023					2024					PRAZO DO CONTRATO	
			JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR		MAI
1ª FASE	3.1.1	Reunião Técnica de Assinatura do contrato de prestação de serviços												
	2.1	Cronograma físico												
	2.2	Metodologia de trabalho												
	3.1.2.	Reunião Técnica Preparatória												
	3.1.3.	Oficina Leitura Técnica - Avaliação do desempenho do planejamento e gestão urbana do município												
	2.3	Planejamento e gestão urbana do município												
	3.1.5	1ª Audiência Pública - Apresentação do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal												
		RELATORIO DE ATIVIDADES (1ª Fase)												
2ª FASE	Parte 1	3.1.5	Reunião Técnica Capacitação											
		ix.	Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos											
		2.4	Uso e ocupação atual do solo											
		2.5	Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos											
			RELATORIO DE ATIVIDADES (2ª Fase- parte 1)											
	Parte 2	3.1.5	Reunião Técnica de Capacitação											
		2.6	Uso e ocupação do solo atual, meio ambiente e as capacidades de atendimento qualitativo e quantitativo de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos.											
		2.7	Expansão urbana, meio ambiente e as capacidades de atendimento qualitativo e quantitativo de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos											
		2.8	Condições gerais de moradia e fundiárias											
		RELATORIO DE ATIVIDADES (2ª Fase- parte 2)												
	Parte 3	3.1.5	Reunião Técnica de Capacitação											
2.9		Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana												
2.10		Capacidade de investimento do município												
2.11		Estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes												



#### **4. AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GESTÃO URBANA**

A partir da leitura dos apontamentos realizados na elaboração do Plano Diretor Municipal de Diamante do Sul – PR, entregue no ano de 2009, é possível entender as proposições que se vislumbravam na época para o desenvolvimento do município.

Porém, este planejamento que está balizado pelas diretrizes e proposições com sua aplicação orientada pelo plano de ação, pode sofrer alterações ao longo do tempo, por ocorrer incompatibilidades e mudanças estruturais no município.

Assim, a partir da leitura destes documentos e em conversas e visitas aos setores e secretarias do município, foi possível entender o que foi aplicado total ou parcialmente das ações previstas, bem como, o que não teve êxito, das previsões elaboradas em 2009.

Desta forma, pretende-se neste documento apontar um resumo desta situação, já apresentada para a equipe técnica municipal e com a realização da leitura da mesma para as secretarias envolvidas para apreciação e apontamentos.

Espera-se que a partir deste documento e com uma nova Análise Técnica Integrada se adeque e se elabore novas diretrizes, proposições e ações para a gestão do referido município.

##### **4.1. Diretrizes e Proposições Do PDM Vigente**

A metodologia de apresentação das diretrizes e proposições foram divididas em seis grupos de análise:

- Regional,
- Ambiental,
- Socioeconômico.
- Socioespacial,
- Infraestrutura e serviços públicos,
- Institucional.

Estes grupos de análise foram definidos a partir do cenário do ano em que o plano diretor foi elaborado, da visão, dos princípios e do cenário desejado até 2019.

#### 4.1.1. Diretrizes para o estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento Urbano e Municipal

Quadro 4.1. Avaliação das Diretrizes para o estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento Urbano e Municipal.

Grupos de Análise	Macro objetivos	Diretrizes	Avaliação
<b>Aspecto Regional</b>	Apoiar o aprimoramento do setor produtivo através da capacitação da mão de obra local.	1. Desenvolver ações e projetos buscando agregar valor aos produtos agro industrializados locais	1. Existem 07 associações de agricultores. 2. Existe um chamamento público para PNAE e PAA, para educação e Assistência social;
<b>Aspecto Ambiental</b>	Cadastrar áreas com potencial relevante de mata nativa para exploração do ecoturismo sustentável;(fazendas com trilhas, encostas, bosques).  Implantar o lago municipal visando diminuição da carga hídrica da área urbana, amenizando pontos de inundações frequentes.	1. Elaborar e orçar o projeto do lago municipal; 2. Promover o ecoturismo nas áreas com potencial, visando a disseminação do conceito de preservação; 3. Estabelecer parcerias entre Poder Público, IAP e Emater; 4. Lixo; 5. Paisagismo.	1. Executado 2. Não executado; 3. Convênio com EMATER; 4. Município coleta o lixo e leva para o aterro terceirizado. Coleta seletiva está se iniciando o projeto em parceria com ITAUPU.  Aterro municipal desativado e tem um PRAD em execução;  Hospital terceirizado.  5. Iniciado em 2019/2020 o embelezado da área urbana do município;  Embelezamento e projeto de revitalização do Lago Municipal;
<b>Aspecto Socioeconômico</b>	Estabelecer Parcerias através de incentivos entre órgãos governamentais e municípios da região;	1. Implementar o programa de habitação municipal, Plano e fundo; 2. Estabelecer programas de regularização fundiária; 3. Implantar o programa de mata ciliar, visando a recomposição de mata nos lugares degradados.	1. 41 habitações rurais e 40 urbanas. Em projeto de implantação de 65 habitações urbana. Projetos em parceria para o interior.

Grupos de Análise	Macro objetivos	Diretrizes	Avaliação
			<p>2. REURB em execução do loteamento Claudete;</p> <p>3. Somente proteção de fonte em parceria com ITAIPU, EMATER; (52 proteção)</p>
<p><b>Aspecto Socioespacial</b></p>	<p>Cadastrar todos os lotes que estão nas faixas de preservação permanente de córregos e rios;</p> <p>Relocar qualquer ocupação que estejam sobre faixas de preservação permanente;</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Cadastrar todos os lotes que estão nas faixas de preservação permanente de córregos e rios;</li> <li>2. Relocar qualquer ocupação que estejam sobre faixas de preservação permanente;</li> <li>3. Estabelecer uma legislação adequada de uso e ocupação do solo urbano, visando evitar conflitos de usos no futuro;</li> <li>4. Estabelecer os instrumentos do estatuto das cidades para evitar a ociosidade de áreas internas da malha urbana.</li> <li>5. Promover o desenvolvimento urbano e rural em seus diversos aspectos.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Não executado.</li> <li>2. Não executado.</li> <li>3. Legislação estabelecida nas leis do Plano Diretor Municipal vigente.</li> <li>4. Instrumentos estabelecidos nas no Plano Diretor Municipal vigente.</li> <li>5. Há vários programas de desenvolvimento urbano e rural no município.</li> </ol>
<p><b>Aspecto Infraestrutura e Serviços Públicos</b></p>	<p>Adequar à infraestrutura urbana principalmente a viária evitando o isolamento e proporcionando uma maior integração com os municípios vizinhos.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Adequar às vias urbanas e rurais no município facilitando a acessibilidade, bem como a mobilidade dos munícipes;</li> <li>2. Adequar à infra-estrutura urbana e os serviços públicos para atender às demandas da população;</li> <li>3. Melhorar o transporte Escolar no deslocamento da sede as comunidades e distritos;</li> <li>4. Melhorar da pavimentação de ruas e padronizações de passeios públicos;</li> <li>5. Levantar as reais necessidades da população dos diversos aspectos de serviço público;</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Executado constantemente;</li> <li>2. Ginásio de esporte, escola (CMEI), parque de máquinas, barracões de associação construção</li> </ol> <p>Reformas: escola e CMEI, áreas do setor da saúde, e o Paço Municipal prefeitura.</p> <p>Ampliação: Escola do Pinhalito;</p> <p>3. Atendimento de 100% dos</p>

Grupos de Análise	Macro objetivos	Diretrizes	Avaliação
		6. Ampliação de oferta de espaços de recreação: praças e equipamentos esportivos;	municipais com transporte escolar; 4. Melhorias constantes, porém não há padronização dos passeios públicos;
<b>Aspecto Institucional</b>	Controlar a ocupação do solo urbano e rural;	1. Promover a estruturação administrativa, principalmente no tange a fiscalização municipal; 2. Adequar uma nova estrutura administrativa municipal; 3. Contratar e Capacitar técnicos e servidores públicos municipais	1. 4 concursos públicos efetivados e um em projetos; tem fiscal; 2. Houve reforma do paço municipal; 3. Executado constantemente.

#### 4.1.2. Diretrizes para o estabelecimento de uma sistemática permanente de planejamento

Quadro 4.2. Avaliação das Diretrizes para o estabelecimento de uma sistemática permanente de planejamento.

Grupos de Análise	Macro objetivos	Diretrizes	Avaliação
<b>Aspecto Regional</b>	Promover parcerias entre órgãos públicos e municípios do território do Cantuquiriguaçu, visando o fortalecimento econômico e autonomia dos municípios;	1. Levantar o potencial por setores de cada município da região visando a integração e trocas comerciais para fortalecimento econômico local; 2. Ampliar o atendimento técnico principalmente da EMATER.	1. Existia a feira municipal, hoje desativada; 2. Se manteve o atendimento;
<b>Aspecto Ambiental</b>	Implantar um plano municipal habitacional, visando a retirada de casa próximas as áreas de preservação de rios e córregos;	1. Elaborar e implementar um plano municipal de habitação e de recursos hídricos;	1. Executado.
<b>Aspecto Socioeconômico</b>	Capacitação da mão-de-obra e apoio social no fortalecimento da cidadania local.	1. Elaborar e implantar programa de apoio a expansão do agronegócio, turismo rural e demais atividades urbanas econômicas.	1. Sala do empreendedor efetivou e hj esta desativada. 2. Lei 857/2015 que dispõe sobre a criação do Programa



<b>Grupos de Análise</b>	<b>Macro objetivos</b>	<b>Diretrizes</b>	<b>Avaliação</b>
			Agricultura Familiar Novos Rumos, com o objetivo da distribuição gratuita de adubo orgânico e materiais de construção para produtores de leite do Município; 3. Atividade de emissão de Nota do Produtor.
<b>Aspecto Socioespacial</b>	Estabelecer uma legislação adequada de uso e ocupação do solo urbano, visando evitar conflitos de usos no futuro;  Estabelecer os instrumentos do estatuto das cidades para evitar a ociosidade de áreas internas da malha urbana.	1. Estimular a participação da população nas ações da administração e no processo de acompanhamento na implantação do Plano Diretor Municipal; 2. Promover ações que visem controlar a ocupação dos vazios urbanos, bem como o cumprimento da função social da propriedade.	1. Reuniões nas comunidades ou chamamento para receber apontamento e decisões de demandas; Prestação e contas com conselho, com a população e legislativo; 2. Não executado;
<b>Aspecto Infraestrutura e Serviços Públicos</b>	Melhoria da oferta dos serviços de infraestrutura, principalmente a drenagem urbana.	1. Buscar 100% de abrangência de rede de esgoto e drenagem urbana, água tratada, rede elétrica e telefônica; 2. Informatizar os equipamentos de atendimento público municipal 3. Ter destinação e controle adequado dos resíduos sólidos.	1. Esgoto – tem projeto; onde tem poliedrico e asfalto tem drenagem. Toda a area urbana regular tem, loteamento da Área Verde tem irregular. 100% da area urbana e 40% area rural; 2. Programas são setorizados, com contratos individualizados;
<b>Aspecto Institucional</b>	Implantar um sistema de planejamento permanente;	1. Formar e estruturar uma equipe municipal para o planejamento participativo e permanente;	1. Tem conselho municipal.

#### 4.1.3. Diretrizes para a dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda, geração de receitas)

Quadro 4.3. Diretrizes para a dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município.

Grupos de Análise	Macro objetivos	Diretrizes	Avaliação
<b>Aspecto Regional</b>	Apoiar a atividade produtiva definida na vocação com novas técnicas de manejo e novas tecnologias;;	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promover o aumento da produção orgânica familiar, tanto na agropecuária como nos hortifrutigranjeiros;</li> <li>2. Promover a produção agroindustrial familiar do município, através da participação em feiras e outros eventos e meios;</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aumento do incentivo com acompanhamento e aquisição;</li> <li>2. Agroindustria não no momento; teve mas não teve objetivo finalizado</li> </ol>
<b>Aspecto Ambiental</b>	Melhorar o sistema de coleta de lixo tanto urbana como rural e Implantar a coleta seletiva no município bem como o aterro sanitário adequado e licenciado.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Realizar ações de preservação, tais como: coleta seletiva de lixo, aterrar adequadamente resíduos sólidos e utilizar racionalmente os agrotóxicos, bem como a destinação certa de suas embalagens.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Há a Lei de Coleta Seletiva. coleta de embalagens de Agrotóxicos são feitas diretamente com o fornecedor. Há Plano de arborização não aprovado, porém elaborado;</li> </ol>
<b>Aspecto Socioeconômico</b>	<p>Incentivar a comercialização de produtos locais entre os municípios do território do Cantuquiriguaçu;</p> <p>Apoiar a atividade produtiva com investimentos públicos.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desenvolver ações que promovam o município nos aspectos do agronegócios e da pecuária leiteira e seus derivados;</li> <li>2. Qualificação da mão de obra para a geração de renda e demais aspectos contidos na vocação;</li> <li>3. Realizar parcerias com instituições públicas como UNIOESTE e EMATER para elaboração de pesquisas para alternativas e diversificação da produção agrícola</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Adubação, construção de estabulos, resfriadores, teve PIA porém desativado;</li> <li>2. Parceria com o sistema S para qualificação;</li> <li>3. Emater – SIM;</li> <li>4. Parceria com a Unioeste em 2012, posteriormente foi extinta.</li> </ol>

<p><b>Aspecto Socioespacial</b></p>	<p>Promover o desenvolvimento urbano e rural em seus diversos aspectos.</p>	<p>1. Aplicar a legislação visando à ordenação do espaço, e através dela buscar o desenvolvimento sustentável no município.</p> <p>2. Atingir o desenvolvimento e o crescimento através de ações de planejamento principalmente na conservação e preservação do meio ambiente.</p>	<p>1. Aplicação do que esta previsto na legislação e todo processo é físico;</p> <p>2. Parceria com Itaipu;</p>
<p><b>Aspecto Infra-estrutura e Serviços Públicos</b></p>	<p>Gestionar junto aos órgãos estaduais e federais o apoio necessário a implantação de grandes obras, como no caso da PR-670, facilitando a mobilidade de pessoas, veículos e cargas</p>	<p>1. Adequar a infraestrutura básica para o escoamento da produção, através de obras de drenagem, pavimentação, saneamento, rede elétrica e telefônica.</p>	<p>1. Adequação estradas no interior, recursos com a Itaipu, Pavimentação rural é em poliédrico com parceria da SEAB e ITAIPU.</p>
<p><b>Aspecto Institucional</b></p>	<p>Implantar com a nova legislação um processo de fiscalização orientativa;</p>	<p>1. Implantar uma nova Legislação Urbanística, visando controlar o crescimento urbano e rural com critérios bem definidos e sem improvisações.</p>	<p>1. Segue legislação vigente;</p>

## 4.2. Ações Estratégicas

O Plano de Ação e Investimentos do Plano Diretor Municipal em Diamante do Sul- PDMDMS/2009 indica as ações e os projetos prioritários para sua implementação. Detalha projetos, e suas estimativas de custos, em infraestrutura, equipamentos comunitários, ações sociais e institucionais para os próximos cinco anos, compatibilizando a projeção orçamentária com a capacidade de endividamento municipal. Buscando o equilíbrio entre o desenvolvimento municipal e a sua sustentabilidade dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### 4.2.1. Aspectos Regionais e de Meio Ambiente

Quadro 4.4. Avaliação do Plano de Ação e Investimentos dos Aspectos Regionais e de Meio Ambiente.

Plano de Ação e Investimentos dos Aspectos Regionais e de Meio Ambiente				
Ação	Indicador	Base	Avaliação em 2018	Avaliação Atual
Implantar um Centro de Eventos no município com a reestruturação de um calendário de eventos;	Valor investido / m <sup>2</sup> de projeto	-	Não realizado. Indicador não se aplica.	Não Realizado
Implantação e manutenção do aterro sanitário com aproveitamento do lixo reciclável, criando projetos dentro do CRAS para incentivar a população, bem como através de campanhas publicitárias	Quantidade de recicláveis	-	Suspenso temporariamente. Terceirização de empresa para coleta e destinação Indicador não se aplica.	Desativados serviços de coleta e destinação de resíduos sólidos, foi terceirizado
Adubação verde para difundir a prática de adubação e melhoramento da estrutura solo municipal	Quantidade em hectare adubado	-	Em andamento. Foram atendidos 220 produtores com adubo orgânico Indicador não se aplica.	Realizado
Projeto ambiental e paisagístico - lago municipal	Quantidades de mudas plantadas/ projeto	-	Suspenso por falta de recursos e projeto.	Projeto em andamento
Orientar as famílias quanto ao microcrédito agrícola	% de famílias orientadas quanto ao microcrédito	50% de famílias orientadas	40% das famílias orientadas.	Realizado

<b>Plano de Ação e Investimentos dos Aspectos Regionais e de Meio Ambiente</b>				
<b>Ação</b>	<b>Indicador</b>	<b>Base</b>	<b>Avaliação em 2018</b>	<b>Avaliação Atual</b>
Manutenção das fossas sépticas em áreas mais carentes evitando a contaminação do solo	% de unidades residenciais atendidas, indicador não se aplica	Chegar a 50% de das unidades atendidas	Licitação deserta. Projeto de implantação de rede de esgoto em desenvolvimento.	Não realizado

#### 4.2.2. Aspectos Socioeconômicos- Agropecuária, Indústria, Comércio E Turismo - Setores Produtivos

Quadro 4.5. Avaliação do Plano de Ação e Investimentos dos Aspectos Socioeconômicos.

<b>Plano de Ação e Investimentos dos Aspectos Socioeconômicos</b>				
<b>Ação</b>	<b>Indicador</b>	<b>Base</b>	<b>Avaliação em 2018</b>	<b>Avaliação Atual</b>
Incentivo a produção de horticultura e fruticultura, piscicultura e a Sericultura	Quantidade produzida	-	Horticultura - atendido 20% de produtores com sementes Fruticultura - 0% Piscicultura - 4 horas maquinas para cada produtor, Sericultura - atendido 100% dos produtos com adubo e com telha 60% dos produtores	Realizado
Incentivar eventos Municipais através de um calendário abrangente	Eventos produzidos mês	-	Atendido 80% das festividades realizadas Indicador não se aplica	Realizado
Capacitação de pequenos produtores rurais	Quantidade capacitada	-	40 % dos produtores.	Realizado

**Plano de Ação e Investimentos dos Aspectos Socioeconômicos**

<b>Ação</b>	<b>Indicador</b>	<b>Base</b>	<b>Avaliação em 2018</b>	<b>Avaliação Atual</b>
Investir e apoiar a pecuária leiteira do município	Litros produzidos	-	95% dos produtores atendidos com adubo orgânico e 50% atendido com assistência técnica de veterinário Indicador não se aplica	100 % dos produtores atendidos
Investir na produção Orgânica	Quantidade produzida	-	20% dos produtores atendidos com auxílio para produção e comercialização dos produtos Indicador não se aplica	80 % dos produtores atendidos
Investir em cursos de capacitação direcionado a vocação do Município	Quantidade de alunos por Cursos	50 alunos por ano	Atendido 50%	50 alunos por curso
Apoiar o Turismo Rural e potencial em esportes radicais: apoio a implantação de Pousadas rurais, Centros equestres, restaurantes rurais e café colonial, Cavalgado e trilhas ecológicas, visitas pedagógicas ao campo, Agroindústrias artesanais, Esportes rurais e radicais.	Quantidade de atrativos	-	1 evento realizado	Nenhum evento realizado
Investir em barracões industriais visando a geração de empregos	Nº de barracões		Em estudo	Nenhum barracão construído, foi adquirido o terreno somente

### 4.2.3. Aspectos Socioespaciais- Aspectos Urbanos

Quadro 4.6. Avaliação do Plano de Ação e Investimentos dos Aspectos Socioespaciais.

<b>Plano de Ação e Investimentos dos Aspectos Socioespaciais</b>				
<b>Ação</b>	<b>Indicador</b>	<b>Base</b>	<b>Avaliação em 2018</b>	<b>Avaliação Atual</b>
Elaborar o Conselho do PLHI plano local de habitação de Interesse social;	-	-	Foi criado apenas o CMH	Foi criado apenas o CMH
Melhoria e conservação das estradas rurais	Estradas conservadas / mês	-	95% da demanda	100 % da demanda
Modernização da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal Zoneamento	Nº de economias no município por categoria	-	Em constante revisão	Em constante revisão
Recadastramento imobiliário (visando aumentar a arrecadação do município)	Casas levantadas	-	Em implantação	Não realizado
Reestruturação do sistema de fiscalização, tornando-o mais atuante - Sistema de Controle Interno	Quantidade de fiscalizações	-	100%	100%
Análise do código tributário e legislação vigente, para sua atualização, adequando-o a realidade do município	% no aumento da arrecadação	-	2,5% de aumento, sendo relevante para o município esse percentual	Não realizado
Elaborar estudo de padronização das calçadas para pedestres	% de calçadas padronizadas	70% das calçadas padronizadas	0%	60 % das calçadas adequadas
Recuperar e/ou pavimentar as vias urbanas - Asfaltamento	% de vias a serem recuperadas	70% das vias urbanas recuperadas	50%	70 % da pavimentação realizada
Elaborar e programar Plano de Drenagem Urbana	% de vias com drenagem adequada	95% da sede urbana com drenagem adequada	Não há necessidade de plano de drenagem. Executado 10%	70 % da drenagem executada

#### 4.2.4. Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos- Infraestrutura, Serviços, Sistema Viário E Transportes

Quadro 4.7. Avaliação do Plano de Ação e Investimentos dos Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos.

<b>Plano de Ação e Investimentos dos Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos</b>				
<b>Ação</b>	<b>Indicador</b>	<b>Base</b>	<b>Avaliação em 2018</b>	<b>Avaliação Atual</b>
Iluminação, banheiros e vestiários no Estádio Municipal;	Valor investido / m <sup>2</sup> de projeto	-	0%	0 %
Melhoria e investimento de veículos para a Prefeitura	Equipamentos comprados	-	De 2011 a te 2018 15 veículos pequeno	10 veículos adquiridos
Ampliação e reforma da rede física de ensino	M <sup>2</sup> de construção	-	60% da rede atendida Indicador não se aplica	100 % realizado
Manutenção dos Programas Sociais (Saúde da Família, Agentes Comunitário de Saúde e Manutenção da Atenção Básica)	Programa por população atendida	-	98% da população atendida	98 % da população atendida
Contratação de assessoria de informática (professor de informática) para treinar professores	Treino de professor/ hora trabalhada	-	Ação contemplada dentro de outras ações	Realizado
Transporte escolar: melhoria do serviço de transporte Rural	Alunos transportados Cidadãos transportados	-	100% dos alunos do interior e 10% dos cidadãos	100% dos alunos do interior e 10% dos cidadãos
Mecanismos para diminuição do analfabetismo	% de alfabetizados	-	5% atendido nos últimos 3 anos	20 % da população analfabeta atendida
Implantação de um ginásio de esporte e complexo esportivo.	Valor investido / m <sup>2</sup> de obra	-	Em construção Indicador não se aplica	Realizado
Melhorias na infra-estrutura dos espaços destinados ao lazer (praça central)	Valor investido / m <sup>2</sup> de obra	-	10% atendido Indicador não se aplica	Terreno adquirido e em fase de elaboração de projeto
Instalação de rede e tratamento de esgoto	Rede km implantados	-	Em elaboração de projeto	Em elaboração de projeto, responsabilidade da SANEPAR
Plano de sinalização de trânsito na sede urbana	Valor investido / m <sup>2</sup> de projeto	-	Ação não se aplica para o município	100 % realizado



**Plano de Ação e Investimentos dos Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos**

<b>Ação</b>	<b>Indicador</b>	<b>Base</b>	<b>Avaliação em 2018</b>	<b>Avaliação Atual</b>
Programa de Arborização Urbana e de implantação de calçadas com espécies adequadas	Quantidade de árvores por via na sede urbana	-	Plano pronto, em fase de implementação	Projeto em aprovação
Plano de Padronização dos passeios públicos adequação das vias, e prédios às limitações dos portadores de deficiência física.	Valor investido por M <sup>2</sup> de projeto	-	Não há necessidade de plano. Prédios públicos 5%, vias 2% (adequações)	Não executado.
Priorizar a pavimentação nas estradas rurais	M <sup>2</sup> de asfalto	-	100% priorização. Indicador não aplica	Executado parcialmente. A maior parte das vias são cascalhadas. As pavimentadas se dividem entre pavimento poliédrico e asfáltico.
Construção de um centro de convivência de idoso.	Valor investido / m <sup>2</sup> de obra	-	Em andamento Indicador não se aplica	Executado.
Implantação de Terminal rodoviário público	Valor investido / m <sup>2</sup> de obra	-	Ação desnecessária para o momento Indicador não se aplica	Não executado.
Implantação de Capela Mortuária	Valor investido / m <sup>2</sup> de obra	-	Em andamento Indicador não se aplica	Executado.
Conservação, manutenção e pavimentação das estradas rurais a fim de atender as comunidades do interior	Estradas conservadas	-	95% atendidos em manutenção 0,02% pavimentadas Indicador não se aplica	95% atendidos em manutenção 0,02% pavimentadas
Pavimentação total da malha viária urbana asfáltica	M <sup>2</sup> de asfalto	-	40%	30 %
Melhorias de infra-estrutura urbana nos Bairros mais periféricos, principalmente rede de drenagem urbana.	M linear de rede de drenagem	-	0%	0%
Iluminação Pública nas vias periféricas da malha urbana	Quantidades de lâmpadas por via	-	30 lâmpadas instaladas nos bairros Indicador não se aplica	100 lâmpadas instaladas nos bairros

<b>Plano de Ação e Investimentos dos Aspectos de Infraestrutura e Serviços Públicos</b>				
<b>Ação</b>	<b>Indicador</b>	<b>Base</b>	<b>Avaliação em 2018</b>	<b>Avaliação Atual</b>
Inserir proprietários de glebas com um roteiro turístico misto de patrimônio cultural e natural	Nº de proprietários inseridos no roteiro	06 proprietários inseridos no roteiro	0%	0 %
Apoiar as festividades típicas locais com novo calendário de eventos	% de participantes das festividades	Incremento de 30% no número de participantes atuais	Ação repetida	Não realizada

#### 4.2.5. Aspectos Institucionais

Quadro 4.8. Avaliação do Plano de Ação e Investimentos dos Aspectos Institucionais.

<b>Plano de Ação e Investimentos dos Aspectos Institucionais</b>				
<b>Ação</b>	<b>Indicador</b>	<b>Base</b>	<b>Avaliação em 2018</b>	<b>Avaliação Atual</b>
Formalizar a nova estrutura de Planejamento e Gestão Urbana	Aprovação da lei da nova estrutura municipal.	Criação até o final de 2021	Adequações a nova realidade legal Indicador não se aplica	100 %
Realizar inventário do cadastro municipal patrimonial	Nº de registros cadastrados	100% - até 2019	Em andamento	100 % realizado
Recuperar receitas próprias municipais	% de incremento das Receitas de Origem Tributária	20% - 2019 15% - 2020 10% - a partir de 2021	2,5%	15 % recuperado
Aperfeiçoar a Aplicação de Recursos da Prefeitura	% de economia de recursos nos processos licitatórios	20% - 2010	Em andamento Indicador não se aplica	20 % alcançado
Promover o mapeamento das competências dos servidores Municipais	% de servidores com registro de suas competências efetuadas	Mapear 100% do quadro de pessoal da Prefeitura	Em andamento	0 %

<b>Plano de Ação e Investimentos dos Aspectos Institucionais</b>				
<b>Ação</b>	<b>Indicador</b>	<b>Base</b>	<b>Avaliação em 2018</b>	<b>Avaliação Atual</b>
Promover Programa de Capacitação dos Servidores Municipais	% de servidores capacitados	30% dos servidores capacitados por ano, em cada secretaria	10%	20 %
Estruturar Programa de Benefícios aos Servidores Municipais	Estruturação do Programa proposto	Programa estruturado	Incremento nas condições de trabalho	Não estruturado
Tomar efetivo o sistema de avaliação de desempenho Funcional	Resultado da avaliação de desempenho funcional	Aplicação para 100% dos servidores, a cada dois anos	20%	40 %
Disseminar o Plano de Cargos e Salários aos Servidores Municipais	% de servidores que dispõem do conhecimento	100% dos servidores com conhecimento da Lei	20% Só magistério	20 % só magistério
Criação de Conselhos Municipais de várias áreas. (urbanismo de defesa do consumidor, de defesa civil)	Constituição da Lei de criação	Ter implantado o Conselho	Ação não se aplica ao município	Não Realizado
	Constituição dos membros representantes			
Promover Articulação com Atores Municipais e Esferas Estaduais e Federais.	Realização de reunião com lideranças locais	Realização de reuniões trimestrais	100% Indicador não se aplica	100%
Ampliar a participação dos conselhos municipais na Gestão Municipal.	Projetos efetivados por Conselho	Efetivação de 01 projeto por Conselho por ano	70% Indicador não se aplica	100%

## 5. CONCLUSÕES

Baseados nos apontamos realizados nas diretrizes, proposições ações previstas no PDM elaborado em 2009, verifica-se que as atividades previstas apresentam uma variabilidade grande em seu cumprimento e em execução.

Verifica-se que foram apontadas varias ações que, segundo a ETM, são entendidas como atividade que não é possível ser executadas pelo município, já que as mesmas não dependem diretamente do município, e que existem outras autarquias que regem a implantação das mesmas.

Além disso, o não cumprimento de algumas ações também se justifica pelo fato de que as características do município mudaram, não sendo mais algo que necessite ou que tenha espaço para se aplicar.

Nota-se também, que os indicadores não se aplicam na maioria das situações pela dificuldade de mensuração do critério utilizado.

Assim, nesta revisão espera-se adequar e atualizar as diretrizes e proposições de acordo com a realidade e necessidades atuais, apresentando novas ações para que se atenda/resolva estas necessidades, sem deixar de manter aquelas ações que forma executadas ao longo deste período, que de se demonstraram efetivas, com resultados satisfatórios e que faz sentido a realidade atual do município.